

O número vinte e sete da *ex æquo*, correspondente ao primeiro semestre de 2013, atesta a periodicidade estável que a revista continua a conseguir manter, desde a sua criação, em 1999, mesmo numa época de crise como a que se tem vindo a atravessar. A revista internacionalizou-se, com a publicação de artigos originais decorrentes de investigações provenientes de distintos países e regiões¹, e adquiriu visibilidade e reconhecimento aquém e além-fronteiras, na Europa e fora dela, devido à qualidade e à diversidade temática e disciplinar dos artigos que publica no âmbito dos estudos sobre as mulheres, estudos feministas e estudos de género.

Um sistema de arbitragem exigente e uma colaboração empenhada e rigorosa por parte do conselho de redação e das equipas coordenadoras dos *dossiers* temáticos têm garantido a permanência da *ex æquo* na SciELO Portugal e o seu progressivo aperfeiçoamento com vista à indexação em bases conceituadas de ampla cobertura internacional, processo que se encontra em curso neste momento. Mantendo a publicação em suporte papel e eletrónico², a revista contribui para a divulgação do conhecimento produzido por investigadoras e investigadores nacionais e estrangeiras/os, no âmbito dos domínios definidos na sua política editorial, prestando um serviço inegável à comunidade científica.

Dirigida e suportada pela APEM, a *ex æquo* não pertence nem é apoiada por qualquer centro de investigação. O apoio financeiro que recebia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através do Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC) – Apoio a Publicações Periódicas de carácter científico, foi suspenso em 2012 e o recentemente publicitado regulamento do FACC não contempla apoio a publicações periódicas. Atualmente, a *ex æquo*, única revista portuguesa de estudos sobre as mulheres, estudos feministas e estudos de género, com carácter multidisciplinar, indexada na SciELO, depende das receitas da APEM (provenientes de quotas de sócias e sócios e de atividades sociais desenvolvidas pela Associação) e de muito trabalho voluntário. Estamos convictas de que esta área de estudos ainda tem um lugar de legitimidade a conquistar no seio da Academia.

¹ A *ex æquo* publica em quatro línguas: português, inglês, espanhol e francês.

² A versão eletrónica da revista está disponível na SciELO Portugal em http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_serial&pid=0874-5560&lng=pt&nrm=iso

O *dossier* temático do presente número, intitulado «Políticas Feministas nas Artes Visuais e Performativas» e coordenado por Cristiana Pena, João Oliveira e Teresa Furtado, propõe-se discutir a relação entre as práticas artísticas, as teorias feministas, os estudos *queer* e de género no âmbito das artes visuais e das artes performativas. Esta proposta introduz um debate ainda incipiente no contexto nacional, mas já expressivo noutros países, sobretudo ao longo da última década. No horizonte da equipa coordenadora, assume relevo a reflexão sobre as alterações nas representações de género, dos corpos e das sexualidades na sua relação com práticas artísticas subversivas e com os questionamentos sociopolíticos que lhes subjazem. No texto introdutório, Cristiana Pena, João Oliveira e Teresa Furtado destacam, em síntese, os aspetos mais significativos de cada um dos artigos que integram o *dossier*, sublinhando que «têm em comum uma aplicação das teorias e movimentos feministas numa lógica política de questionamento radical e de crítica».

A secção *Estudos e Ensaios* é constituída por três artigos. Rosa Monteiro e Sílvia Portugal, no texto «As políticas de conciliação nos planos nacionais para a igualdade: uma análise dos quadros interpretativos», procedem a uma análise comparativa das políticas de conciliação enunciadas nos três primeiros Planos para a Igualdade em Portugal, com o objetivo de identificar até que ponto é que as respetivas políticas foram concebidas tendo em conta as relações sociais de sexo e as desigualdades que as conformam. O estudo revela que as políticas de conciliação são edificadas sobre conceções estereotipadas sobre o feminino e o masculino e sobre extrapolações a partir de universos específicos da massa trabalhadora, contribuindo pouco para a mudança social. As autoras apresentam alguns fatores explicativos destas fragilidades identificadas nas políticas públicas portuguesas nesta matéria.

O artigo «Fortalezas e masmorras: a persistência da divisão sexual das profissões na sociedade contemporânea», de Manuel Abrantes, desloca o debate sobre igualdade de género no mercado de trabalho para a análise da distribuição de mulheres e homens pelos diversos grupos profissionais, mobilizando abordagens teóricas sobre a problemática e examinando dados do Instituto Nacional de Estatística da primeira década do século XXI. Em questão estão as diferentes velocidades e tendências de alteração ou manutenção da sexualização dicotómica das profissões e a influência dos níveis de escolarização e qualificação nesse processo. Nas palavras do autor, «enquanto nos escalões mais escolarizados se assiste a um derrube gradual das fortalezas masculinas, as profissões com condições de trabalho mais pobres permanecem para as mulheres masmorras de difícil evasão».

O terceiro artigo desta secção, «Adília Lopes ou a impessoalidade da terceira mulher», de Sónia Rita Melo, conduz-nos numa leitura da obra poética de Adília Lopes à luz de um paradigma ginocrítico que coloca a mulher como sujeito e não mero objeto da crítica. Assumindo esta perspetiva crítica, a autora pretende colocar a *diferença sexual*, como categoria da análise epistemológica, no centro do seu exercício hermenêutico, por contraposição à categoria *género*, central

na crítica feminista. Sónia Melo não envereda, porém, por uma discussão sobre uma *escrita feminina*, mas por uma busca de compreensão do «fundamento e [d]os processos imaginativos e ideológicos que presidem à construção desse feminino ou desse masculino no tecido poético». Decompondo na obra poética de Adília Lopes os efeitos de uma escrita impessoal, expressão da terceira via postulada pela poetisa e que permite contrariar representações binárias, explorando um terceiro corpo, a autora polemiza as perspetivas de Gilles Lipovetsky, de Hélène Cixous e de Roberto Esposito sobre a *terceira mulher*, o *terceiro corpo* e a *terceira pessoa*, respetivamente.

Na secção *Leituras e Recensões*, Luísa Veloso propõe-nos a leitura da obra coletiva, coordenada por Sara Falcão Casaca, *Mudanças laborais e relações de género: novos vectores de (des)igualdade* (Almedina, 2012). Teresa Pinto sugere a leitura de *O Tempo das Criadas. A condição servil em Portugal (1940-1970)* (Tinta da China, 2012), da autoria de Inês Brasão. Maria Isabel de Sousa Ramos apresenta-nos a antologia de textos de Maria de Lourdes Pintasilgo organizada por Antónia Coutinho, Fátima Grácio, Noémia de Oliveira Jorge, Paula Borges Santos e Regina Tavares da Silva e intitulada *Para um novo paradigma: um mundo assente no cuidado. Antologia de textos de Maria de Lourdes Pintasilgo* (Edições Afrontamento, 2012). Teresa Alvarez introduz-nos na obra de Isabel Ventura, *As primeiras mulheres repórteres. Portugal nos anos 60 e 70* (Tinta da China, 2012). A encerrar a secção, Sofia Almeida Santos convida-nos à leitura de *Fazendo género no recreio. A negociação do género em espaço escolar* (Instituto de Ciências Sociais, 2012), da autoria de Maria do Mar Pereira.